




C A P Í T U L O 1

AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES NO BRASIL: FUNÇÃO SOCIAL E SUBORDINAÇÃO AO SISTEMA DO CAPITAL

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2872503091>

Edí Carlos Rebouças de Oliveira

Universidade Federal do Ceará – UFC
Russas/CE

<http://lattes.cnpq.br/2207658810004555>

<https://orcid.org/0009-0007-1446-813X>

Maria José Nunes Nepomuceno

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Limoeiro do Norte/CE

<http://lattes.cnpq.br/0055937865010922>

<https://orcid.org/0009-0008-9476-8286>

RESUMO: O presente estudo analisa o papel das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil, considerando sua inserção histórica e funcional no contexto da crise estrutural do capital. A formação universitária no país, iniciada tardiamente em relação a outras nações, foi gradativamente expandida por meio de universidades federais, estaduais e institutos federais. Contudo, ao longo de seu desenvolvimento, essas instituições foram moldadas segundo as exigências do capital, assumindo caráter utilitarista e subordinado às demandas do mercado. A pesquisa, de abordagem qualitativa e fundamentada no método materialista histórico-dialético, utilizou revisão bibliográfica para compreender como as IFES, sob a hegemonia neoliberal, privilegiam a formação técnica e científica em detrimento da formação humana integral. O estudo evidencia que, diante da financeirização, da reestruturação produtiva e do avanço do neoliberalismo a partir dos anos 1970, a educação superior passou a ser direcionada à empregabilidade, à produtividade e à legitimação da ordem vigente. Nesse cenário, políticas públicas como o REUNI (2007), embora apresentadas sob o discurso de democratização, reforçaram a vinculação das universidades às necessidades do sistema do capital, ao expandirem vagas e cursos em áreas estratégicas para o mercado, sem garantir necessariamente uma formação crítica e emancipatória. Conclui-se que as IFES, ao alinharem-se estruturalmente

à lógica da valorização do valor, cumprem papel estratégico na reprodução das desigualdades sociais, funcionando como engrenagens do sistema. A superação dessa condição exige romper com a subordinação ao capital e recolocar no centro do projeto universitário a formação humana plena, crítica e socialmente referenciada.

PALAVRAS-CHAVE: Crise Estrutura do Capital. Ensino Superior Público. Neoliberalismo. Formação de Mão de Obra. Reestruturação Produtiva.

THE FEDERAL INSTITUTIONS OF HIGHER EDUCATION - IFES IN BRAZIL: SOCIAL FUNCTION AND SUBORDINATION TO THE CAPITAL SYSTEM

ABSTRACT: This study analyzes the role of Federal Institutions of Higher Education (IFES) in Brazil, considering its historical and functional insertion in the context of the structural crisis of capital. University education in the country, started late compared to other nations, was gradually expanded through federal universities, state and federal institutes. However, throughout their development, these institutions were shaped according to the requirements of capital, assuming a utilitarian character and subordinated to the demands of the market. The research, with a qualitative approach and based on the historical-dialectical materialist method, used bibliographical review to understand how IFES, under neoliberal hegemony, privilege technical and scientific training to the detriment of integral human training. The study shows that, in the face of financialization, productive restructuring and the advance of neoliberalism since the 1970s, higher education has been directed to employability, productivity and legitimization of the current order. In this scenario, public policies such as REUNI (2007), although presented under the discourse of democratization, strengthened the link between universities and the needs of the capital system by expanding vacancies and courses in strategic areas for the market, without necessarily guaranteeing a critical and emancipatory training. It is concluded that the IFES, by aligning themselves structurally to the logic of value appreciation, fulfill a strategic role in the reproduction of social inequalities, functioning as gears of the system. Overcoming this condition requires breaking with the subordination to capital and putting back in the center of the university project full, critical and socially referenced human formation.

KEYWORDS: Capital Structure Crisis. Public Higher Education. Neoliberalism. Manpower Training. Productive Restructuring.

LAS INSTITUCIONES FEDERALES DE ENSEÑANZA SUPERIOR - IFES EN BRASIL: FUNCIÓN SOCIAL Y SUBORDINACIÓN AL SISTEMA DEL CAPITAL

RESUMEN: El presente estudio analiza el papel de las Instituciones Federales de Enseñanza Superior (IFES) en Brasil, considerando su inserción histórica y funcional en el contexto de la crisis estructural del capital. La formación universitaria en el país, iniciada tardíamente en relación a otras naciones, fue progresivamente expandida por medio de universidades federales, estatales e institutos federales. Sin embargo, a lo largo de su desarrollo, estas instituciones fueron moldeadas según las exigencias del capital, asumiendo un carácter utilitarista y subordinado a las demandas del mercado. La investigación, de enfoque cualitativo y fundamentada en el método materialista histórico-dialéctico, utilizó revisión bibliográfica para comprender cómo las IFES, bajo la hegemonía neoliberal, privilegian la formación técnica y científica en detrimento de la formación humana integral. El estudio evidencia que, ante la financiarización, la reestructuración productiva y el avance del neoliberalismo a partir de los años 1970, la educación superior pasó a ser dirigida a la empleabilidad, a la productividad y a la legitimación del orden vigente. En este escenario, políticas públicas como REUNI (2007), aunque presentadas bajo el discurso de democratización, reforzaron la vinculación de las universidades a las necesidades del sistema del capital, al expandir vacantes y cursos en áreas estratégicas para el mercado, sin garantizar necesariamente una formación crítica y emancipadora. Se concluye que las IFES, al alinearse estructuralmente a la lógica de la valorización del valor, cumplen un papel estratégico en la reproducción de las desigualdades sociales, funcionando como engranajes del sistema. La superación de esta condición requiere romper con la subordinación al capital y recolocar en el centro del proyecto universitario la formación humana plena, crítica y socialmente referenciada.

PALABRAS CLAVE: Crisis Estructura del Capital. Enseñanza Superior Pública. Neoliberalismo. Formación de Mano de Obra. Reestructuración Productiva.

INTRODUÇÃO

A implantação do Ensino Superior Público no Brasil se deu de forma tardia, sobretudo em comparação com outros países da América do Sul e, em maior medida, com a Europa. Somente em 1808 foi instituído o primeiro curso superior – a Escola de Cirurgia da Bahia – e apenas em 1912 surgiu a primeira universidade pública, a Universidade Federal do Paraná.

A partir de então, multiplicaram-se universidades federais e estaduais, seguidas pela criação dos Institutos Federais que se expandiram pelo território nacional. Todavia, ao longo desse processo, tais instituições foram moldadas e reconfiguradas

em consonância com as transformações políticas, sociais e culturais, sempre sob a lógica da reprodução do sistema do capital. No contexto da crise estrutural que atravessa o capitalismo, as instituições de Ensino Superior não escapam de sua função de aparelhamento ideológico, assumindo um papel decisivo na sustentação da ordem vigente.

Dessa forma, este trabalho se propõe a examinar como universidades e institutos federais brasileiros, em vez de priorizarem a formação humana integral e emancipatória, vêm sendo orientados pelas necessidades da elite burguesa e pelas imposições do mercado. Nesse processo, privilegia-se a formação técnica e científica voltada à produção e reprodução da força de trabalho, evidenciando o caráter subordinado e utilitarista atribuído ao Ensino Superior no Brasil.

METODOLOGIA

Como estratégia metodológica foi realizada uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, realizada a partir da análise da literatura pertinente à temática em artigos científicos, dissertações, teses e obras publicadas sendo a busca feita em bibliotecas e sites específicos científicos, sustentada pelo método materialista histórico – dialético.

Vale mencionar que a escolha pela abordagem qualitativa se deu considerando compreender a relação do sujeito – universidades e institutos federais, com seu contexto – Crise Estrutural do Capital e o ideal neoliberalista, buscando-se investigar o alinhamento destas instituições às demandas da elite burguesa e do mercado de trabalho no que se refere a formação de mão de obra. De acordo com Minayo (1994):

Os autores que seguem tal corrente não se preocupam em quantificar, mas, sim, em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais [...]. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada. (Minayo, 1994, p. 24)

A escolha da pesquisa qualitativa deu-se porque são de grande relevância tanto o papel das supramencionadas Instituições de Ensino Superior – IES no atendimento das demandas do mercado de trabalho na atualidade como a necessidade de compreender como se estabelecem as relações entre estas instituições e seus educandos no tocante à formação humana e profissional. Assim, a pesquisa qualitativa proporcionou o estudo do alinhamento destas no contexto da Crise Estrutural do Capital.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A FUNÇÃO SOCIAL E SUBORDINAÇÃO AO SISTEMA DO CAPITAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES

Na contemporaneidade, constata-se que as relações humanas, sob a égide do capitalismo como modo de produção, vêm sendo constantemente reconfiguradas a fim de atender às exigências impostas pela lógica neoliberal. É importante destacar que o ponto de partida desse sistema se encontra na acumulação primitiva, definida por Marx (2013, p. 961) como “[...] o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho [...]”. Foi a partir dessa cisão que emergiu o capitalismo, enraizado nas estruturas econômicas do feudalismo e possibilitado pelo colapso desse sistema.

O capitalismo, entretanto, é um sistema essencialmente contraditório, atravessado historicamente por crises recorrentes. A sua dinâmica central – a incessante valorização do valor – coloca em segundo plano a satisfação das necessidades sociais, fazendo da produção de mercadorias um processo voltado primordialmente à acumulação.

Dessa contradição decorrem as crises cíclicas, expressão inevitável de sua lógica de funcionamento. Como aponta Mészáros (2011, p. 787), tais crises constituem o modo natural de ser do capital, diferenciando-se apenas em sua intensidade e duração, funcionando como mecanismos pelos quais o sistema busca transpor momentaneamente seus próprios limites.

Entretanto, a partir da década de 1970, irrompe um tipo de crise qualitativamente distinto das perturbações anteriores: a chamada “crise estrutural do capital”, categoria elaborada por Mészáros (2011), que se manifesta em quatro dimensões centrais:

(1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);

(2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);

(3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;

(4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (Mészáros, 2011, p. 795 – 796)

Assim, por não se restringir a um setor específico, a crise estrutural do capital atinge a totalidade do complexo social, repercutindo em suas múltiplas dimensões e em suas articulações com outros complexos (MÉSZÁROS, 2011).

Trata-se de uma crise que não se limita a um espaço determinado, pois o sistema do capital não se encontra localizado em um único território, mas disseminado em escala global. Dessa forma, seus efeitos se espalham por diferentes países e continentes. Ao contrário das crises cíclicas anteriores, historicamente limitadas em duração, a crise estrutural caracteriza-se por sua permanência: contínua, prolongada e sem horizonte previsível de superação.

Diante dessa configuração inédita, o capital se viu diante do desafio de adiar seu colapso por meio de mecanismos que pudessem garantir sua reprodução. Nesse contexto, intensificou-se, a partir da década de 1970, o processo de financeirização, no qual a valorização do capital passou a se realizar, em grande medida, no âmbito do sistema financeiro. A circulação de capital e a obtenção de lucros passaram a ocorrer prioritariamente através de transações financeiras, em detrimento de investimentos produtivos em bens e serviços. Esse movimento consolidou a hegemonia das finanças no interior do sistema capitalista contemporâneo.

A financeirização, entretanto, não ocorreu de forma neutra. Ela esteve acompanhada da intensificação da exploração da força de trabalho, marcada pela precarização das condições materiais, pela flexibilização e pelo ataque a direitos historicamente conquistados.

Ao mesmo tempo, possibilitou o aumento das taxas de lucro e a recomposição da rentabilidade do capital, ainda que à custa do aprofundamento das desigualdades sociais e da fragilização das condições de vida da classe trabalhadora.

[...] como resposta à própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujo contorno mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho. (Antunes, 2002, p.31)

O neoliberalismo emerge como estratégia fundamental para adiar o colapso do sistema do capital. Sua lógica central consiste em deslocar o protagonismo do Estado para o mercado, atribuindo a este último a condição de regulador da vida social e econômica.

Como destacam Mota e Tavares (2016), esse movimento implicou em três processos articulados: a) a reestruturação produtiva, que submeteu a classe trabalhadora a novas e mais intensas formas de exploração; b) a redefinição do papel do Estado, que deixou de garantir direitos e passou a pavimentar o caminho para o seu retrocesso; c) e, por fim, a transformação das condições de existência e sociabilidade da classe trabalhadora, profundamente impactada por tais mudanças.

Nesse cenário de ofensiva neoliberal, as instituições públicas de Ensino Superior no Brasil não ficaram à margem. Ao contrário, foram incorporadas à lógica de reprodução do capital, desempenhando papel estratégico na formação da força de trabalho.

A função social que lhes é atribuída foi progressivamente moldada às necessidades da elite burguesa e às imposições do mercado de trabalho, em constante metamorfose. Assim, em vez de constituírem espaços voltados prioritariamente à formação integral e crítica do ser humano, passaram a assumir, cada vez mais, a função de preparar profissionais tecnicamente qualificados para atender às demandas imediatas do sistema do capital.

[...] sob a égide da reestruturação produtiva e globalização, a educação tecnológica como política de Estado assume grande parte da incumbência de propiciar condição ao setor produtivo nacional de alcançar os padrões de qualidade, produtividade e competitividade dos países desenvolvidos. (Pino, 2016, p. 93)

No interior do sistema do capital, especialmente em tempos de crise estrutural sob a hegemonia do ideário neoliberal, a formação humana integral deixa de ser prioridade. O foco que se impõe é a preparação de mão de obra técnica e científica, realizada de maneira predominante pelas universidades e pelos institutos federais. Assim, o Ensino Superior é instrumentalizado como meio de atender às demandas imediatas do capital, subordinando-se à lógica da empregabilidade e da produtividade.

Para Chauí (2001), as universidades foram progressivamente se adaptando às exigências do mercado, ajustando desde seus currículos até suas práticas institucionais de modo a garantir a formação de trabalhadores qualificados para o ingresso no mercado de trabalho. Tal adaptação revela, de forma inequívoca, que o objetivo do Ensino Superior não tem sido a promoção da formação humana integral e crítica, mas a padronização das competências técnicas necessárias ao processo de intensificação da exploração do trabalho.

Nessa direção, as políticas públicas de educação voltadas ao Ensino Superior, longe de se colocarem em oposição a essa lógica, frequentemente a reforçam. Um exemplo emblemático é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Embora apresentado sob o discurso da democratização do acesso e da interiorização das universidades federais, o programa acabou reforçando a funcionalidade das IFES ao sistema do capital. A ampliação de vagas e cursos não significou, necessariamente, a democratização da universidade como espaço crítico e emancipatório, mas sim a adaptação estrutural dessas instituições às exigências de formação de mão de obra em áreas estratégicas para o mercado.

Desse modo, a aparente ampliação de direitos promovida pelo REUNI revela-se como mecanismo contraditório: de um lado, permite maior acesso formal ao Ensino Superior; de outro, subordina tal acesso à lógica da empregabilidade, esvaziando a formação integral e fortalecendo a concepção utilitarista da educação. Ao invés de constituir uma ruptura com a lógica neoliberal, o programa reafirma a universidade como engrenagem essencial do capital, convertendo o discurso de democratização em instrumento de legitimação da ordem vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que, no contexto da crise estrutural do capital, as instituições públicas de Ensino Superior no Brasil cumprem um papel estratégico na reprodução das relações sociais vigentes. Ao se alinharem às demandas do mercado e da elite burguesa, tais instituições acabam priorizando a formação de uma força de trabalho técnica e científica, relegando a segundo plano a formação humana integral e emancipatória.

Essa configuração não ocorre de forma aleatória: ela é a expressão concreta das transformações profundas que marcaram o capitalismo a partir da década de 1970, quando a financeirização, a reestruturação produtiva e a hegemonia neoliberal redefiniram tanto as funções do Estado quanto o papel da educação pública.

Nesse cenário, políticas públicas como o REUNI ilustram com clareza o redirecionamento do Ensino Superior para finalidades compatíveis com a lógica produtiva e competitiva do capital. A centralidade conferida às competências e habilidades voltadas à empregabilidade revela não apenas a orientação mercadológica dos currículos, mas também a própria reorganização institucional e os critérios de avaliação da produção acadêmica.

A universidade, nesse processo, tende a afastar-se de sua potencialidade crítica e emancipatória para assumir uma função instrumental, operando como engrenagem que sustenta as necessidades de acumulação capitalista e se adapta às metamorfoses constantes do mercado de trabalho.

Compreende-se, assim, que a atuação das universidades e institutos federais, ainda que revestida de um discurso de democratização e expansão do acesso, permanece estruturalmente vinculada à lógica da valorização do valor. Em vez de combater as desigualdades sociais, frequentemente contribuem para sua reprodução, uma vez que restringem a formação oferecida à preparação de mão de obra adequada às exigências do capital. Ao não priorizar a formação crítica e integral do ser humano, o Ensino Superior público corre o risco de se consolidar como mero instrumento de legitimação do status quo, reforçando as bases ideológicas da ordem vigente.

Diante disso, qualquer perspectiva de transformação exige romper com essa lógica de subordinação, recolocando no centro do projeto universitário a formação humana plena, socialmente referenciada, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade efetivamente emancipada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007.

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

MARX, K. **O capital – crítica da economia política: Livro I O processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Enderle, Editora Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, C. de S. Organizadora); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; NETO, Otávio Cruz. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ, Vozes, 1994.

MOTA, A. E.; TAVARES, M. A. Trabalho e expropriações contemporâneas. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (Orgs.). **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

PINO, Aline Muras de Oliveira. **Diversidade Sexual e Educação: direitos LGBTs no IFRN Macaú**. 2016. 143f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, 2016.